

Soluções de emergência para travar erosão costeira são insuficientes, alertam especialistas

9 de Abril, 2018

As medidas de urgência tomadas para salvaguardar o litoral português após períodos de maior erosão são insuficientes para impedir danos materiais e pessoais no futuro, alertam especialistas, de acordo com a Lusa.

“Nos últimos 20 anos sempre que há uma tempestade há investimento de urgência, mas depois não há continuidade nesse tipo de soluções e investimentos. Precisamos que a política seja contínua”, disse à agência Lusa José Carlos Ferreira, docente e investigador da Universidade Nova de Lisboa.

Para o especialista, doutorado em Ambiente e Sustentabilidade, o plano da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) para o litoral “é um plano adequado”, mas é preciso que a ação do Governo “seja levada a sério”.

“Precisamos que a política seja contínua, de renaturalização e restauro dos ecossistemas da zona costeira e também de retirada a pouco e pouco das áreas de risco. Que exista uma política contínua e que as questões de ordenamento sejam levadas a sério”, afirmou.

O processo de adaptação às alterações climáticas e ao défice de sedimentos na costa “vai durar muitas décadas”, de acordo com Filipe Duarte Santos, investigador e professor da Universidade de Lisboa, presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

“Há várias estratégias que podem ser adaptadas para reagir às alterações climáticas, mas exigem um grande esforço e financiamento. A nossa costa não permite que se retire facilmente areia para a proteção da costa como acontece, por exemplo, na Holanda”, afirmou Filipe Duarte Santos, que foi também responsável pelo Grupo de Trabalho para o Litoral (GTL), criado em maio de 2014.

Este grupo foi constituído pelo Governo com o objetivo de “desenvolver uma reflexão aprofundada sobre as zonas costeiras” para “definição de um conjunto de medidas que permitam, no médio prazo, alterar a exposição ao risco, incluindo nessa reflexão o desenvolvimento sustentável em cenários de alterações climáticas”.

Em dezembro de 2014, o GTL apresentou um relatório sobre a gestão costeira que está na base da atual gestão do litoral português e que, de entre as recomendações, sugere à APA a “promoção de ações de sensibilização, esclarecimento e divulgação” para a população. A mesma preocupação manifesta José Carlos Ferreira, que defende a inclusão da comunidade no processo de tomada de decisão.

“Não podemos continuar a fazer a gestão das zonas costeiras sem envolver a comunidade e as pessoas, temos de trabalhar com elas. Se as comunidades costeiras forem chamadas a participar neste processo de tomada de decisão, elas serão as primeiras a defender determinado tipo de soluções que podem ser difíceis”, afirmou o investigador.

O GTL diz também ser necessário “avaliar e modelar novas opções de adaptação” em várias praias do país, que podem incluir a realocização para que não evoluam para situações semelhantes às das praias que desaparecem na maior parte do ano, entre elas Paramos Sul (Espinho), Furadouro Norte (Ovar), Barra e Costa Nova Norte (Ílhavo), Praia de Mira (Mira), Costa de Lavos e Leirosa (Figueira da Foz), Pedrógão (Leiria) e Praia da Vieira (Marinha Grande).

“É muito provável que seja cada vez mais difícil e oneroso repor as praias nas frentes urbanas com maior risco defendidas por obras aderentes de proteção ou paredões (diques), como são os casos dos aglomerados já defendidos por defesas aderentes”, reafirmam os investigadores do GTL.

Numa resposta enviada à Lusa a APA informa que “não estão previstos novos esporões”, tendo sido “claramente assumida a adoção de estratégias de adaptação aos riscos (instalados e os que crescem em cenário de alterações climáticas), numa atitude de antecipação que comporta as estratégias de prevenção, proteção, acomodação e retirada, a qual é desenvolvida de forma coerente e articulada aos diversos níveis”.